

# O risco Brasil e o quebra-quebra

CORREIO BRAZILIENSE \* 9 JUN 2006



**JOSÉ SARNEY**

*Senador do Amapá pelo PMDB, foi presidente da República*

**E**u começo a preocupar-me. Não com a democracia, mas com a qualidade e a saúde de nossa democracia. Já muito foi dito que ela é mais um estado de espírito do que um regime. Com o exercício de eleições passamos a julgar a democracia unicamente por estas. Não bastam instituições democráticas mas é preciso educação democrática. A cidadania é reclamada e necessária mas não se tem a consciência que ela é uma das conseqüências da democracia. O Brasil está perdendo gradativamente o respeito pelos valores da democracia que passam a ter o crivo da circunstância, sem a noção de que um sistema de valores no mínimo é perene e aspira à eternidade.

Não quero citar estatísticas nem pesquisas, porque são desalentadoras. Elas mostram (veja-se o Barômetro Latino Americano) que o povo prefere em sua maioria outro regime. Argumentos: melhores condições de vida, maior segurança, mais ordem e menos corrupção. E a responsabilidade? Recai inevitavelmente nos políticos. São eles os apontados como produtores da degradação dos costumes políticos.

Nasce dessa constatação um absurdo: fazer instituições sem política e política sem políticos. O Congresso, por exemplo, é maior do que a soma de todos que por ali passaram, bons e maus, hoje e ontem. Por quê? Porque o parlamento é a maior instituição política já descoberta pelo homem, na busca do autogoverno. Nele o povo detém o poder de questionar, de protestar, de fiscalizar, de mudar. A instituição deve ser sagrada na cabeça do povo. Ela é a essência das liberdades. Quando o Congresso é fechado ou nulo, todo o sistema abala-se.

Há bons políticos e maus políticos. Não vamos generalizar. Uma das excelências da de-

mocracia representativa é que ela se constitui sempre de mandatos transitórios e o povo tem o poder de mudá-los, expulsá-los da política. Esse problema não é brasileiro nem é de hoje. Os gregos criaram até uma instituição, o "ostracismo" (500 AC), para afastar da atividade pública e da vida da cidade, por 10 anos, aqueles considerados indignos da política. Aliás, para evitar vinditas pessoais, foi o primeiro processo a exigir um quorum mínimo (6 mil cidadãos).

Essas considerações me ocorrem quando vemos o vandalismo com que foi quebrada a Câmara dos Deputados. Ela é um símbolo. Não pode se conceber como um movimento popular, cuja liberdade decorre da liberdade do parlamento, o vilipêndia, como se usasse o seu próprio punhal para matar-se.

E pior ainda, quando no mesmo dia surge o quebra-quebra jurídico, esfacelando os partidos e o processo eleitoral.

De quebra em quebra nossa democracia não concorre com o baixo índice do risco Brasil em Nova York.